

25 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA DE PORTUGAL

25 ANOS DE INSTITUTO EUROPEU

NUNO DE OLIVEIRA GARCIA

Que modelo de integração económica e política consideraria adequado à União Europeia? Existirá uma identidade europeia e em que se traduz?

No âmbito dos modelos, as últimas duas décadas e meia têm revelado que mais do que um modelo teórico específico, tem faltado coerência entre o grau de aprofundamento da integração económica e da integração política. Nos últimos vinte e cinco anos os maiores progressos situaram-se no plano na integração económica, apesar, naturalmente, de alguns avanços relevantes no sentido da união política. Este «dualidade de estrutura» é ainda mais marcada quando comparamos o elemento supranacional da união monetária com o elemento intergovernamental dos restantes pilares.

Quanto a uma identidade europeia, esta é complexa em forma de mosaico de Estados-nações e pouco se reflecte na UEM. A nosso ver, um ideal federalista será sempre uma utopia tecnocrata. Já no século dezanove as palavras de Saint-Simon tinham uma ressonância tecnocrata, advogando-se que o governo das nações devia ser substituído por técnicos. Hoje, encontramos na UEM laivos de um positivismo semelhante, um autêntico corpo burocrático elitista. O actual estado de coisas, em que os responsáveis máximos alemães e franceses se reúnem (por vezes semanalmente) para discutir o presente da Europa (desde o início da crise que o

que parece interessar é presente e não o futuro, esquecendo que o futuro será em breve presente), revela que não existe mais apenas um «núcleo duro» (a antiga Benelux é hoje uma sombra do que foi), mas uma mera negociação entre dois Estados-membros.

Como avalia os efeitos da adesão às Comunidades sobre a economia portuguesa? Que efeitos teve a adesão sobre a sociedade portuguesa, no seu conjunto?

A adesão às Comunidades não teve o mesmo reflexo sobre a economia portuguesa e a sociedade em geral.

No plano da economia nacional, os efeitos foram, essencialmente, de substituição do tecido produtivo mediante a redução progressiva de actividades com menor valor acrescentado e a modernização de práticas laborais. Estes efeitos, positivos no seu conjunto, trouxeram, todavia, consigo alguns custos sociais como seja o aparecimento de um conjunto de trabalhadores que estão hoje profundamente desactualizados com o actual mercado de trabalho e que se situam, portanto, à margem da actividade económica. Por outro lado, o facto de alguns fundos estruturais não terem sido aplicados em investimentos direccionados para o aumento de capacidade produtiva conduziu a que parte dos efeitos positivos desses fundos não tenham tido a duração desejável.

Já os efeitos da adesão às Comunidades no conjunto da sociedade portuguesa foram largamente positivos. Nos últimos vinte e cinco anos tivemos um eficaz combate à pobreza em Portugal (apesar de nem sempre pensado do ponto de vista da sustentabilidade), políticas de educação de largo espectro, um significativo ajustamento na diminuição de desigualdades entre cidadãos (que poderia ter sido potenciado com reformas fiscais que ficaram por fazer), e uma forte e visível modernização de bens e serviços públicos. À luz dos satélites da *google earth*, e à luz também de alguns aspectos estatísticos (nomeadamente ao nível do consumo e conforto), Portugal pouco se afasta da Europa. Muito resta, todavia, por fazer. Compreender a realidade em que vivemos leva a que os desafios futuros passem por um Portugal mais rico (não mais consumista ou com maior conforto), mas, ao mesmo tempo também, um Portugal que preserve os referidos positivos efeitos da adesão, ou seja, que não descure dos mais pobres, que continue a garantir uma educação de qualidade generalizada, que promova cada vez mais a igualdade e conserve os bens e serviços públicos nos quais tanto já investiu. Não será, certamente, tarefa fácil.

A União Económica Monetária foi um passo lógico ou necessário na integração europeia? A forma como a UEM foi concebida era adequada aos objectivos pretendidos?

É hoje claro que podendo ter constituído um passo lógico, o caminho para a UEM foi, em larga medida, uma medida pré-datada e, nessa medida, artificial face à realidade em volta. A um tempo, foi uma UEM que integrou países não totalmente preparados para essa realidade, economias que deveriam ter mantido por mais tempo políticas orçamentais flexíveis (veja-se o caso de Portugal, que, ademais, vinha seguindo a linha do «Escudo forte», mas veja-se também o caso da Itália na primeira metade da década de noventa) e beneficiado de uma mais significativa convergência real. A outro tempo, foi uma UEM fundada na diferenciação com o «opting out» inaugural do Reino Unido e da Dinamarca. A marcação de um calendário precipitadamente fixo para a UEM, e o cumprimento de meros critérios de convergência nominal (sem grande controlo, diga-se), conduziram a uma união monetária impreparada no geral, que albergou países que dificilmente poderiam cumprir com os limites orçamentais impostos, criando uma (na altura menos visível) divisão entre aqueles Estamos-membros que tinham por principal objectivo o cumprimento da redução de défices e os demais. Nas vésperas da introdução do euro, em 1997 e 1998, os rígidos critérios exigidos pela Alemanha foram (em parte e com recurso a alguma criatividade orçamental) cumpridos pelos países que formariam a UEM, mas por escassas vezes voltariam a ser cumpridos seriamente por esses mesmos países. Poucos foram, aliás, os Estados-membros que mantiveram o esforço de estabilização que os tinha conduzido à moeda única.

O euro irá sobreviver à crise actual? Portugal deve permanecer na zona euro?

O euro irá sobreviver pois o regresso às moedas europeias antigas traria custos insuportáveis. Pela mesma razão, Portugal permanecerá na zona euro. Note-se, aliás, que esta crise não seria totalmente evitável se ainda tivéssemos o Escudo, apesar de se reconhecer que disporíamos de instrumentos económicos e cambiais para a superar mais rapidamente. Depois de um inegável sucesso inicial, o euro sucumbiu ao primeiro sério ataque especulativo de que foi vítima. O euro foi *traído* pelo seu sucesso perante o dólar americano, e pela atracção crescente que despoletava relativamente à liquidez de países como a China e Rússia. A existência de algu-

mas economias impreparadas, e excessivamente dependentes do mercado externo, no seio da UEM foi o combustível da crise.

A par de reformas destinadas ao reforço da moeda (e muito desse reforço passa pela credibilização de algumas economias juntos dos *mercados*), o futuro do euro terá que passar pela compreensão de que a mola da unificação monetária terá de ser política, no verdadeiro sentido de política monetária, e não simplesmente económica como que centrada ainda no mercado único e interno. De resto, são muitos os desafios que pela frente: a necessidade de superar a distinção entre Europa *ocidental* e Europa *oriental* (que remonta aos iluministas franceses do século dezasete, mais tarde recuperada durante quatro décadas de *guerra fria* – a «cortina de ferro»), as novas línguas oficiais que colocarão um gigantesco desafio operacional no que respeita ao *acquis communautaire*, a coabitação com territórios no espaço europeu que continuam fazer da sua não adesão uma mais-valia, a integração de massas populacionais muito significativas, e o difícil equilíbrio entre o rigor orçamental a nível comunitário e a necessidade de investimentos nos novos países comunitário.